

UNIVERSITÁRIOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA

COLLEGE STUDENTS WITH AUTISTIC SPECTRUM DISORDER: A SYSTEMATIC REVIEW

Camila Elidia Messias dos Santos¹
<https://orcid.org/0000-0003-1428-9899>

Ketilin Mayra Pedro²
<https://orcid.org/0000-0002-1893-5002>

Resumo:

O ingresso na Educação Superior é repleto de desafios em relação ao processo de transição e adaptação ao âmbito acadêmico, especialmente daqueles com deficiência. Este artigo objetivou analisar a inclusão de universitários com Transtorno do Espectro Autista (TEA) em instituições de Educação Superior, no Brasil, considerando o ano, a área de publicação, o foco de interesse, a metodologia utilizada e os principais resultados. Trata-se de uma revisão sistemática nas bases da CAPES, SciELO e BVS, com associações de alguns descritores, como "inclusão; ensino superior; transtorno do espectro autista" e "inclusão; universidade; autismo". Dos 225 artigos encontrados, sete foram elegíveis. Os resultados mostram poucos estudos recentes, qualitativos, focados em discentes com TEA. Foram identificados desafios nas relações interpessoais, ajustes acadêmicos e sociais, prejuízos socioemocionais e invisibilidade desses discentes. No entanto, conclui-se que mais pesquisas são necessárias para entender as implicações da inclusão e desenvolver estratégias eficazes na Educação Superior, as quais demandam urgência de resolução.

Palavras-chave: Transtorno do Espectro Autista. Educação superior. Inclusão.

Abstract:

Admission to Higher Education is full of challenges regarding the transition and adaptation process to the academic environment, especially for those with disabilities. This article aimed to analyze the inclusion of university students with Autism Spectrum Disorder (ASD) in Higher Education institutions in Brazil, considering the year, publication field, focus of interest, methodology used, and main results. It consists of a systematic review conducted on the databases of CAPES, SciELO, and BVS using descriptors such as "inclusion; higher education; autism spectrum disorder" and "inclusion; university; autism." Out of the 225 articles initially found, seven were deemed eligible for analysis. The results reveal a scarcity of recent, qualitative studies focusing on students with

¹ Doutora em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem pela Universidade Estadual Paulista - "Júlio de Mesquita Filho" - UNESP, Bauru/São Paulo, Brasil

² Doutora em Educação e Professora Adjunta do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de São Carlos - UFSCar, São Carlos/São Paulo, Brasil

ASD. However, it is concluded that more research is needed to understand the implications of inclusion and develop effective strategies in Higher Education, which urgently require resolution.

Keywords: Autism Spectrum Disorder. Higher education. Inclusion.

INTRODUÇÃO

De forma gradativa, avanços no processo de inclusão escolar de discentes Público-Alvo da Educação Especial (PAEE) à Educação Superior foram observados após a incorporação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006) à emenda constitucional. Contudo, a participação desse público continua associada à readequação dos modelos tradicionais existentes, sob a garantia da universalização dos processos de ensino-aprendizagem (Sales; Viana, 2020; Victor; Uzêda, 2022).

Os dispositivos legais foram os principais responsáveis pela materialização do processo de luta pela inclusão, entre os quais se destacam a publicação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008), da Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Brasil, 2012) e da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Brasil, 2015), entre outras, que reafirmaram a necessidade de assegurar e promover, em condições de igualdade, os direitos e a liberdade fundamental da pessoa com deficiência. Uma importante mudança ocorreu na concepção da pessoa com deficiência, a qual deixou de ser vista como incapaz, para ser compreendida dentro de um modelo social da deficiência. Nesse modelo, reconhece-se que as desigualdades existentes são resultado das barreiras presentes no ambiente e na interação com a sociedade, exigindo a implementação de mecanismos para superá-las.

O direito à Educação Inclusiva passou a assumir papel central, sendo garantido a todos os níveis e modalidades de ensino, com a oferta de Atendimento Educacional Especializado (AEE), como recurso psicopedagógico complementar e/ou suplementar para aqueles com deficiência de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, entre os quais, para efeitos legais, se inserem também os discentes com Transtorno do Espectro Autista (TEA), matriculados na Educação Superior (Brasil, 2015). O TEA é caracterizado como um distúrbio do neurodesenvolvimento, que pode acarretar prejuízos persistentes na comunicação social e na interação social, em múltiplos contextos, bem como pela presença de padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades, em diferentes graus. Os critérios diagnósticos podem ser preenchidos com base em sintomas correntes ou progressos, desde que apresentem prejuízos significativos (APA, 2014). Na prática, verifica-se que, em muitos casos, as comorbidades e os sintomas variam de pessoa para pessoa, e em grau e quantidade.

Na Educação Superior, os discentes com o transtorno podem apresentar diversas formas de retraimento e dificuldades, em âmbito social e afetivo. Apesar disso, dispõem de potencial para encontrar espaço propício para direcionamento de suas habilidades e hiperfocos acadêmicos, desde que sejam compreendidos e orientados por profissionais capacitados, a fim de não provocar aumento nos índices de desistência e evasão nas universidades (Sales; Viana, 2020). Ou seja, o grande desafio para a inclusão dos discentes com TEA, no contexto universitário, perpassa recursos de suportes e de acessibilidade, além de adaptações de metodologias de planejamento que

sejam capazes de promover e considerar seus estilos e potencialidades (Acuna; Paparella, 2023; Sales; Viana, 2020).

Dados estatísticos do censo da Educação Superior, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Brasil), apontam que, em 2016, o número de matrículas de discentes PAEE, nas universidades, somava aproximadamente 35.891, das quais 642 se enquadravam no TEA (Brasil, 2018). Já em 2021, o total de discentes com TEA matriculados na Educação Superior alcançou o índice de 4.018, em todo o país (Brasil, 2023), indicando uma retomada da tendência de crescimento do número de matrículas de discentes PAEE, principalmente nos últimos anos da educação profissional subsequente/concomitante, após breve interrupção, em 2021, devido à Covid-19 (Brasil, 2023). Em números absolutos, no ano de 2022, das 79.262 matrículas de discentes PAEE na Educação Superior, 6.063 corresponderam aos alunos com TEA (Brasil, 2024), os quais tiveram acesso a diferentes cursos universitários, reiterando o seu avanço, quando comparado aos indicadores de anos anteriores (Brasil, 2018, 2023).

Diante disso, pesquisadores e formuladores de políticas públicas estão estudando estratégias para a melhoria do atendimento dessa população e a sua inclusão universitária, tendo em vista que algumas circunstâncias podem se tornar obstáculos para a permanência na universidade, tais como: dificuldades de interação social, de trabalhos em grupos e de relação interpessoal (Acuna; Leite, 2022; Olivati; Leite, 2019; Oliveira; Abreu, 2019; Silveira; Donida; Santana, 2020), foco restrito (Olivati; Leite, 2019), barreiras de ingresso, como provas e ambiente inadequados (Silva *et al.*, 2019), dificuldade de comunicação linguística (Silveira; Donida; Santana, 2020) e adaptações curriculares (Acuna; Leite, 2022; Oliveira; Abreu, 2019).

Os estudos têm impulsionado o desenvolvimento de ações governamentais, em âmbito nacional, com o objetivo de promover o acesso, a permanência e a participação dos discentes, como o Programa Incluir, desenvolvido pelo Ministério da Educação, o qual propõe ações que garantem o acesso pleno de pessoas com deficiência às Instituições Federais de Ensino Superior (IFES); todavia, essas ações ainda são limitadas e insuficientes para o atendimento desse público, em todas as atividades que o envolvem, como o ensino, a pesquisa e a extensão (Brasil, 2008). Dessa forma, muito ainda deve ser feito rumo a um sistema educacional inclusivo, abarcando desde a flexibilização dos serviços educacionais, com acessibilidade comunicacional, adequações da infraestrutura física e de materiais, a capacitação dos recursos humanos, dentre outros (Acuna; Paparella, 2023; Sales; Viana, 2020).

Destaca-se que, comparado às outras etapas de ensino, o ingresso à Educação Superior já exhibe maiores dificuldades dos alunos em relação ao processo de transição e adaptação ao âmbito acadêmico e à sua participação social. Porém, quando se trata do ingresso do estudante com deficiência, na universidade, esse público encontra desafios ainda mais significativos, devido aos diversos tipos de barreiras que se inserem nesses contextos, assim como a inexistência de serviços de apoio disponíveis ou serviços insuficientes nas instituições, os quais trazem consequências prejudiciais para a sua inclusão, permanência e sucesso acadêmico (Ciantelli; Leite, 2022).

Ações para inclusão devem ponderar as singularidades de cada indivíduo, de modo que possam ser ajustadas, em termos de capacidade social, motora, sensorial e cognitiva (Oliveira; Santiago; Teixeira, 2022). No entanto, uma das dificuldades encontradas se refere ao mapeamento dos discentes com deficiência, pois o levantamento desse público se tem dado, principalmente, por

autodeclaração na ocasião da matrícula ou por provas admissionais, tais como o Enem ou o vestibular, tornando-se difícil traçar um real cenário (Ciantelli; Leite; Martins, 2015). Em razão disso, essa caracterização leva a perdas de dados relativos às suas particularidades e potencialidades, dado que alguns discentes optam pela não identificação ou pela autodeclaração anônima.

Os discentes que acabam ingressando na universidade sem o diagnóstico prévio de TEA, embora cumpram os critérios diagnósticos para o transtorno (White; Ollendick; Bray, 2011), têm suas necessidades desconsideradas, no contexto universitário (Cai; Richdale, 2016). Rivière (2014) enfatiza existir uma discrepância importante entre os recursos destinados aos discentes dos anos iniciais em comparação com os adultos, criando a necessidade, tanto teórica como prática, de tomar o TEA numa perspectiva geral, que abarque não apenas os primeiros anos de desenvolvimento, mas também os subsequentes. Segundo o autor, o público adulto ainda não conta com os recursos mínimos para um atendimento adequado (Rivière, 2014).

O panorama descrito acima sublinha a urgência na formação de professores e de todos os demais profissionais envolvidos na inclusão, como condição imprescindível para que a inclusão se constitua de modo pleno, nas instituições (Acuna; Leite, 2022; Oliveira; Santiago; Teixeira, 2022; Santos *et al.*, 2020). De fato, mesmo na Educação Superior, é possível a adoção de algumas estratégias capazes de favorecer a inclusão de discentes com TEA, tais como disponibilizar a programação da aula com antecedência, avisar o estudante sobre eventuais alterações de cronograma, proporcionar apoio nas atividades de socialização, possibilitar a dilatação de tempo na entrega de atividades, dispor da utilização de tecnologia assistiva, no apoio à escrita, assim como ofertar aulas com mais informações visuais, comunicação objetiva, sem uso de figuras de linguagem e com a eliminação de quaisquer barreiras que possam causar algum desconforto sensorial (Ferrari, 2016).

Todavia, mesmo incipientes, estudos vêm sendo desenvolvidos, de sorte a contribuir com a inclusão desses discentes. A pesquisa de Donati e Capellini (2018) objetivou descrever os procedimentos de uma consultoria colaborativa realizada por um profissional especialista - em parceria com gestores universitários - com docentes de um curso superior de Matemática, tendo por foco o estudante com TEA. O trabalho desenvolvido visou à implementação de ajustes nas estratégias de avaliação, incluindo a adequação linguística das questões e aceite de respostas orais, com apoio de solução no papel ou na lousa. Como resultados, verificou-se que o uso das estratégias recomendadas às docentes foram eficazes para avaliar a aprendizagem do estudante, tendo em vista o insucesso, em oportunidades anteriores.

Acuna e Leite (2022) desenvolveram uma intervenção, embasada na psicologia, com um professor universitário que tinha demandas oriundas do processo educacional de um aluno com TEA, por meio de 11 encontros para refletir sobre sua prática pedagógica e promovidas orientações pontuais sobre como interagir com esse acadêmico. O resultado da intervenção permitiu concluir que o suporte do profissional de psicologia prestado ao docente é importante para o atendimento de suas demandas, as quais surgem ao longo do processo educacional de discentes com TEA. Tais experiências, ainda que restritas, têm ajudado na inclusão educacional desses alunos.

No cenário explorado, identifica-se que poucas são as pesquisas documentadas que buscam examinar diretamente as experiências, necessidades ou fontes de suporte educacionais de discentes

universitários com TEA (Cai; Richdale, 2016; Oliveira; Santiago; Teixeira, 2022), culminando na carência de reflexões que possam servir de subsídios para a construção de políticas públicas e, sobretudo, pensar em ações institucionais que contemplem as características desses discentes, no âmbito acadêmico (Oliveira; Santiago; Teixeira, 2022).

Diante do exposto, a presente pesquisa almeja responder à seguinte pergunta: o que tem sido foco de interesse, nas pesquisas nacionais sobre a inclusão de discentes com TEA, na Educação Superior? Portanto, o objetivo consistiu em analisar estudos sobre a inclusão de universitários com Transtorno do Espectro Autista, em instituições de Educação Superior, no Brasil, considerando o ano, a área de publicação, o foco de interesse, a metodologia utilizada e os principais resultados.

MÉTODO

Estudos de revisões podem ser conduzidos envolvendo diferentes graus de profundidade (Mattar; Ramos, 2021), objetivando responder a uma pergunta de pesquisa pré-definida, de forma clara, por meio de métodos sistemáticos e explícitos que visem a identificar, selecionar e avaliar o corpo de trabalhos existentes sobre determinada temática (Galvão; Pansani; Harrad, 2015).

A recomendação dos Principais Itens para Relatar Revisões Sistemáticas e Meta-Análises (PRISMA) ressalta a necessidade de alguns itens na efetivação desse tipo de pesquisas, como: (a) um conjunto claro de objetivos com uma metodologia explícita e reproduzível; (b) tentativas sistemáticas para identificar todos os estudos que satisfazem os critérios de elegibilidade; (c) uma avaliação da validade dos resultados dos estudos incluídos e (d) a apresentação sistemática das características e resultados dos estudos incluídos (Moher *et al.*, 2009).

Assim, após estabelecidos os objetivos e os critérios de pesquisa, com o intuito de capturar o maior número possível de artigos sobre a temática estudada, estabeleceram-se os critérios de elegibilidade descritos a seguir. Foram critérios de inclusão: a) abordar a inclusão escolar em nível superior; b) a pesquisa ser direcionada aos discentes universitários com TEA, em instituições do Brasil; c) a publicação em formato de artigo e d) estar redigido em língua portuguesa. Foram critérios de exclusão: a) estudos teóricos ou de revisão; b) artigos duplicados entre as bases de dados consultadas; c) artigos não disponibilizados na íntegra e d) publicação em outra língua que não a portuguesa.

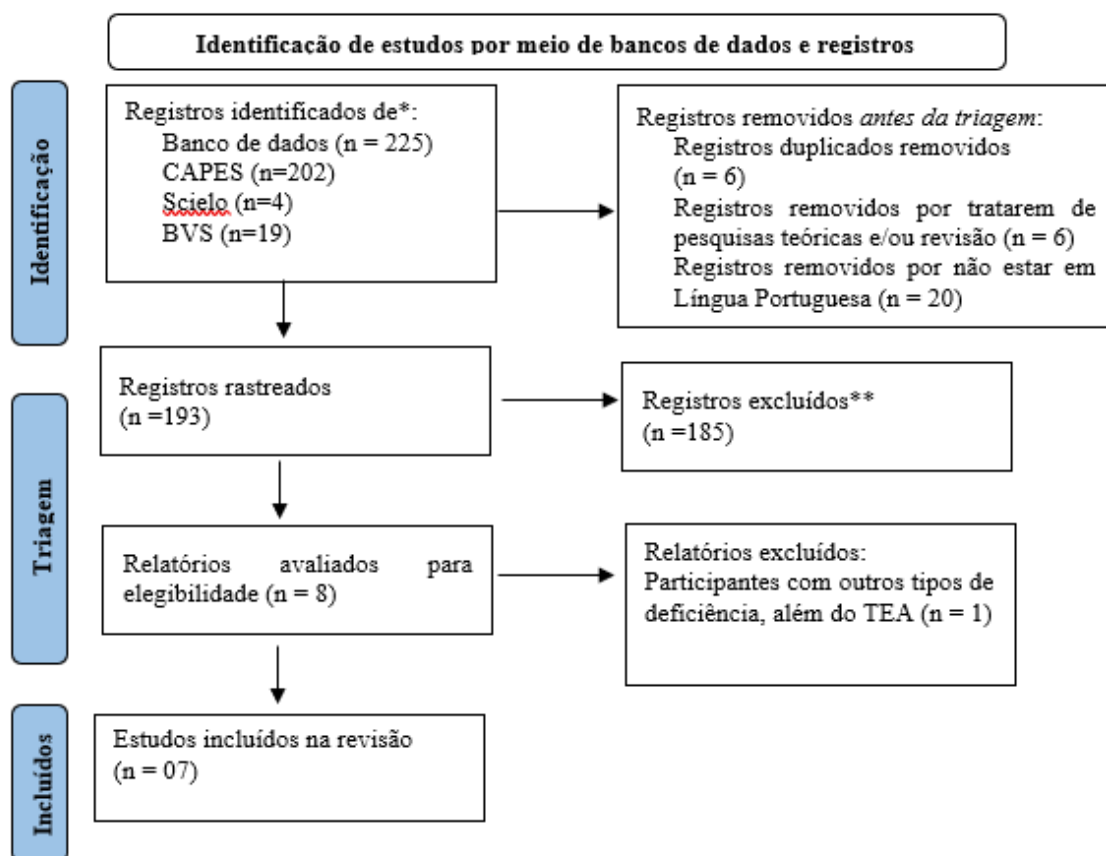
As buscas de dados foram feitas nas plataformas *on-line* indexadas no portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), na *Scientific Electronic Library On-line* (SciELO) e no Portal Regional da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), durante o primeiro semestre (abril) de 2023. Todo o método de investigação envolveu o filtro de busca avançada dos descritores, localizado em qualquer campo (títulos, resumos, palavras-chave) e artigo como tipo de material.

Foram empregadas associações combinadas entre os descritores, através dos operadores booleanos “AND” e “OR”, como “(INCLUSÃO) AND (ENSINO SUPERIOR OR UNIVERSIDADE) AND (AUTISMO OR TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA OR TRANSTORNO AUTÍSTICO)”. Entretanto, devido ao baixo número de pesquisas encontradas,

optou-se por não aplicar um recorte temporal e realizar dois levantamentos em cada base de dados, agrupando os sinônimos dos descritores, da seguinte forma: Grupo 1 - “(INCLUSÃO) AND (ENSINO SUPERIOR) AND (TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA)” e, Grupo 2 - “(INCLUSÃO) AND (UNIVERSIDADE) AND (AUTISMO)”.

Após fixados os procedimentos de busca anteriormente descritos, foram encontrados 225 artigos, seis dos quais foram excluídos por serem duplicados, 20, por não estarem redigidos em língua portuguesa, seis, por tratarem de pesquisas teóricas e/ou revisão, e 186, por não se enquadrarem nos critérios para inclusão, conforme demonstrado no fluxograma apresentado na Figura 1. Os oito artigos elegíveis restantes foram lidos na íntegra e, em seguida, um foi excluído por se considerar que, como os participantes incluíam também outros tipos de deficiência além do TEA, as necessidades apontadas por eles seriam divergentes com relação ao objetivo do estudo. Os sete artigos restantes foram categorizados e analisados.

Figura 1- Fluxograma de aplicação dos critérios de inclusão para seleção de artigos para análise



Fonte: As autoras, com base na The PRISMA 2020 statement: an updated guideline for reporting systematic reviews (Page *et al.*, 2021).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A seguir, são exibidos os resultados e discussões dos levantamentos realizados, conforme a sua organização. A princípio, é evidenciado o processo adotado para a seleção dos artigos por

grupo de descritores, em cada base de dados. Na sequência, é apresentada a caracterização dos artigos selecionados ($n = 7$), quanto a autor/ano, periódico, objetivos e método de pesquisa; logo após, demonstram-se os agrupamentos por tipo de sujeitos e, por último, são sintetizados os principais resultados dos artigos analisados e as categorias provenientes.

A Tabela 1 reúne a descrição adotada para a seleção dos artigos por grupo de descritores, levando-se em conta o número de artigos identificados e excluídos em cada uma das bases de dados consultados, até a constituição do *corpus* de sete artigos aptos para análise:

Tabela 1- Descrição adotada para a seleção dos artigos por grupo de descritores

Base de dados	SciELO		BVS		CAPES	
Descritores	Grupo 1	Grupo 2	Grupo 1	Grupo 2	Grupo 1	Grupo 2
Resultados encontrados	2	2	9	10	11	191
Resultados selecionados	0	2	1	0	3	2
Resultados repetidos	0		2		4	
Excluídos	214					
Total para análise	07					

Fonte: As autoras.

Após a leitura, os artigos foram categorizados e analisados, tendo-se em vista os objetivos pré-definidos. O Quadro 1 mostra as características dos artigos selecionados, quanto a: 1) autor/ano, 2) periódico, 3) objetivos e 4) método de pesquisa.

Quadro 1 - Caracterização dos artigos selecionados

Título	Autor/ Ano	Periódico	Objetivos	Método
1) Inclusão e permanência de universitários com diagnóstico de transtorno do espectro autista: discussões acerca de barreiras linguísticas	Silveira; Donida; Santana (2020)	<i>Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior</i>	Analisar as condições de acesso e permanência de pessoas com TEA, na Universidade, a partir das queixas linguísticas apresentadas por eles.	Pesquisa Qualitativa
2) Experiências acadêmicas de estudantes universitários com transtornos do espectro autista: uma análise interpretativa dos relatos	Olivati; Leite (2019)	<i>Revista Brasileira de Educação Especial</i>	Descrever a experiência acadêmica de seis estudantes, com esse diagnóstico, regularmente matriculados em uma universidade pública no estado de São Paulo.	Pesquisa Qualitativa
3) Trajetória acadêmica de um pós-graduando com Transtorno do Espectro Autista	Olivati; Leite (2017)	<i>Psicologia em Estudo</i>	Retratar a trajetória acadêmica e a percepção do suporte social de um estudante de pós-graduação diagnosticado	Estudo de caso

			com transtorno do espectro autista - TEA.	
4) Desafios da inclusão: a invisibilidade das pessoas com Transtorno do Espectro Autista no Ensino Superior	Aguilar; Rauli (2020)	<i>Revista Educação Especial</i>	Identificar, do ponto de vista do estudante com Transtorno do Espectro Autista (TEA), o processo de adaptação à universidade, as dificuldades enfrentadas, as estratégias utilizadas e os recursos oferecidos pelas universidades.	Pesquisa, qualitativa, do tipo exploratório
5) A percepção do aluno com transtorno do espectro autista sobre o processo de inclusão na Universidade Federal de Goiás (UFG)	Oliveira; Abreu (2019)	<i>Revista Diálogos e Perspectivas em Educação Especial</i>	Analisar a percepção de um aluno com Transtorno do Espectro Autista sobre o seu processo de inclusão na Universidade Federal de Goiás (UFG).	Pesquisa Qualitativa
6) A Inclusão da Pessoa com Autismo no Ensino Superior	Santos <i>et al.</i> (2020)	<i>Revista Entreideias</i>	Conhecer as ações tomadas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), através da Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil (PROAE), para melhorar a inclusão de pessoas com TEA, identificando quais as medidas práticas que foram pensadas e viabilizadas para esses alunos e como elas são implementadas, na prática dos estudantes com autismo.	Estudo qualitativo exploratório
7) Educação inclusiva na universidade: perspectivas de formação de um estudante com transtorno do espectro autista	Oliveira; Santiago; Teixeira (2022)	<i>Educação e Pesquisa</i>	Analisar a inclusão de um aluno com transtorno do espectro autista (TEA), em um curso de graduação da Universidade Federal de Goiás (UFG).	Pesquisa qualitativa

Fonte: As autoras.

Em relação ao ano de publicação dos artigos, constatou-se a existência de um interesse recente dos pesquisadores pela área, devido ao baixo número de pesquisas identificadas e da maior concentração dos artigos publicados (85,7%), encontradas nos últimos quatro anos (2019-2022). Desse total de artigos, o ano de 2019 retratou duas publicações, seguido de 2020, com três publicações, e 2022, com um artigo.

Observou-se um pequeno interesse pela área, a partir de 2019, embora, no ano de 2021, não tenha sido encontrado nenhum material. Uma suposição para a inexistência de resultados durante o ano talvez seja o período pandêmico, o qual pode ter atrapalhado algumas coletas de dados e, conseqüentemente, de publicações de pesquisas.

Entretanto, anteriormente a esse período, um único artigo foi publicado (Olivati; Leite, 2017), com o objetivo de retratar a trajetória acadêmica e a percepção do suporte social de um estudante de pós-graduação diagnosticado com TEA. Essa pesquisa se avulta, pois foi a primeira a reconhecer o próprio sujeito com TEA no papel de partícipe de seu processo, sendo um norteador para os outros estudos que a sucederam.

Esse achado é amplamente consistente com outras investigações da literatura, as quais reportaram um número pequeno de pesquisas sobre o tema, e ainda recente (Acuna; Paparella, 2023; Camaliente; Kondo; Rocha, 2021; Freitas; Sanches, 2022). No trabalho empreendido por Camaliente, Kondo e Rocha (2021), objetivando analisar o processo de formação universitária do estudante com TEA, com ênfase em seu acesso, ingresso e permanência na Educação Superior, nas instituições educacionais brasileiras, as autoras recuperaram sete artigos elegíveis para análise e identificaram uma lacuna na literatura nacional sobre intervenções baseadas em evidências especificamente projetadas para os discentes universitários com TEA, no Brasil. Contudo, as últimas pesquisas analisadas foram do ano de 2020, incluindo as de levantamento bibliográfico, tendo como participantes outros atores que não necessariamente os discentes (como os pais e os cuidadores), ficando em lapso a efetivação de estudos que abordassem os próprios discentes com TEA, em relação à sua história.

No que concerne às instituições a que os autores estão vinculados, verificou-se que a Universidade Estadual Paulista (UNESP) e a Universidade Federal de Goiás (UFG) apareceram, cada uma, com duas publicações (Olivati; Leite, 2017; Olivati; Leite, 2019; Oliveira; Abreu, 2019; Oliveira; Santiago; Teixeira, 2022), indicando uma possível continuidade dos estudos relacionados a essa população, no contexto dessas universidades, principalmente por se constituir da mesma autoria. Nas demais instituições, a Universidade Federal de Santa Catarina (Silveira; Donida; Santana, 2020), a Faculdade Pequeno Príncipe (Aguilar; Rauli, 2020) e a Universidade Federal da Bahia (UFBA) (Santos *et al.*, 2020), foi encontrado apenas um resultado, demonstrando constituir uma área ainda a ser explorada. Das pesquisas, cabe destacar que apenas uma publicação (14,2%) foi desenvolvida em instituição de ensino privado, o que torna obscuras as informações quanto à inclusão dos discentes com TEA, nessas universidades, dificultando sua comparação em relação às instituições de ensino públicas. Todavia, considerando-se que o maior número de ingresso de discentes com deficiência ocorre em instituições privadas (Brasil, 2020), reitera-se a invisibilidade dos discentes em tais instituições, uma vez que poucos são os estudos publicados.

A análise dos estudos demonstrou que todos se enquadram na abordagem qualitativa, sendo dois deles do tipo exploratório e um, de estudo de caso. As escolhas por tais metodologias se deram em função dos objetivos estabelecidos pelos autores, os quais se propuseram a analisar, descrever, conhecer, identificar ou retratar o processo de inclusão escolar de discentes da Educação Superior com TEA, tendo em vista as condições desses espaços, bem como ações tomadas para a sua inclusão, especialmente por esses discentes. Tal predomínio do caráter descritivo das pesquisas, pode indicar um estágio inicial de produção científica da área (Freitas; Sanches, 2022). Em

contrapartida, pesquisas quantitativas sobre o tema têm se pautado principalmente em traçar o mapeamento de: 1) perfil acadêmico, 2) características acadêmicas e psicossociais, e 3) perfil sociodemográfico dos discentes com TEA que se encontram matriculados na Educação Superior (Silva *et al.*, 2019; Sturm; Kasari, 2019; Silva *et al.*, 2020). O conhecimento de tais estudos, além de ajudar a identificar as principais diferenças dessa população que ainda é refém da manutenção da barreira acadêmica, necessita de dados mais robustos para o aprimoramento de políticas públicas para esse público (Silva *et al.*, 2020), embora divulgações de estudos de casos e intervenções práticas sejam essenciais para replicação dos modelos e embasamento de projetos futuros.

No entanto, é interessante que cada uma das publicações tenha se dado em periódicos distintos, demonstrando o quanto a temática é ampla; ainda a maior concentração se insere na área de Educação Especial, com 42,8% das publicações, exprimindo o foco no sujeito público-alvo da Educação Especial, seguido pelos periódicos *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior*; *Revista Entreideias e Educação e Pesquisa*, que estão relacionadas a áreas mais amplas de educação, e uma na *Psicologia em Estudo*, abordando a interface da área com a psicologia.

Quanto aos participantes que são foco das pesquisas, o Quadro 2 mostra os agrupamentos por tipo de sujeitos.

Quadro 2 - Agrupamentos por tipos de sujeitos

Participantes	Total
Somente discentes de graduação com TEA, Síndrome de Asperger ou autismo	4
Estudante de pós-graduação com TEA	1
Discentes com autismo ou TEA, uma mãe de estudante, professor, monitores e demais funcionários do núcleo de acessibilidade	2

Fonte: As autoras.

De modo geral, a prevalência das pesquisas teve como foco exclusivo o sujeito com TEA, Síndrome de Asperger ou autismo, conforme terminologia utilizada pelos próprios autores. Porém, após a fusão dos termos Transtorno Autista, Transtorno de Asperger e Transtorno Global do Desenvolvimento, todos se enquadram nos critérios diagnósticos do TEA, nomenclatura que foi adotada após a publicação do DSM-V (APA, 2014). Os resultados encontrados corroboram os de investigações anteriores, as quais identificaram a carência de publicações que abarquem a participação dos demais membros das instituições de ensino (Acuna; Paparella, 2023; Freitas; Sanches, 2022).

Das pesquisas com participantes únicos, prevaleceram aquelas realizadas somente com discentes da graduação (Olivate; Leite, 2019; Aguilar; Rauli, 2020; Oliveira; Abreu, 2019; Silveira; Donida; Santana, 2020) - que consistentemente são os primeiros a serem identificados por meio da matrícula e, conseqüentemente, devido ao acionamento de suporte e aos serviços oferecidos pelas faculdades - e uma com estudante da pós-graduação (Olivati; Leite, 2017). Salienta-se que o participante desse último estudo foi selecionado por conveniência e já havia cursado a graduação, o que possibilitou o desenvolvimento da pesquisa e a comparação das dificuldades encontradas em sua trajetória, na graduação e pós-graduação.

Compreende-se que pesquisas envolvendo o próprio público o qual se busca estudar são de extrema importância para que, de fato, se reconheça a verdadeira situação a partir de quem a

vivência, neste caso, dos universitários, que, muitas vezes, são desconsiderados pelas percepções de outros agentes, como seus professores, pais, cuidadores ou a própria instituição (Freitas; Sanches, 2022). Contudo, de maneira ainda tímida, algumas pesquisas têm desenvolvido esforços para garantir a inclusão de pessoas com TEA, na Educação Superior, através do envolvimento dos múltiplos atores partícipes no processo (Donati; Capellini, 2018; Santos *et al.*, 2020; Oliveira; Santiago; Teixeira, 2022). Esse tipo de investigação é importante, para que se possa ter uma visão mais ampla sobre o tema e das necessidades que podem estar ocultas ao próprio estudante com TEA.

A área da Educação Especial constitui uma modalidade transversal de ensino, que extrapola o estudante como público-alvo (Donati; Capellini, 2018). Portanto, suas ações devem possibilitar formações específicas aos docentes, de forma continuada, flexível, a fim de se concretizar em um fazer pedagógico inclusivo (Acuna; Paparella, 2023; Donati; Capellini, 2018; Olivati; Leite, 2017; Oliveira; Santiago; Teixeira, 2022; Victor; Uzêda, 2022).

Os professores, por sua vez, não devem ser os únicos responsáveis por esse processo, o que demanda a necessidade de essa formação se estender também para os monitores e a comunidade acadêmica, com o intuito de compreender e identificar as necessidades e singularidades dos discentes com TEA, para que, assim, possam contribuir e colaborar para o sucesso deles, em âmbito acadêmico (Oliveira; Santiago; Teixeira, 2022). Esse fator é de extrema importância, pois, quando não há o reconhecimento das necessidades específicas de tais discentes, por parte dos gestores e/ou professores da Educação Superior, isso pode levar à sua desistência do curso (Sales; Viana, 2020; Olivati; Leite, 2017), pela dificuldade vivenciada nesse processo e impossibilidade de aprendizagem.

O estudo de Santos *et al.* (2020) objetivou conhecer as ações tomadas pela Universidade Federal da Bahia, através da Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil, para melhorar a inclusão de pessoas com TEA, identificando quais as medidas práticas que foram pensadas e viabilizadas para esses alunos e como elas são implementadas, na prática dos discentes com autismo. O trabalho, de cunho exploratório, envolveu pesquisa documental e entrevistas semiestruturadas, com dois discentes da UFBA com diagnóstico de autismo, uma mãe de um dos discentes e uma funcionária do Núcleo de Apoio à Inclusão do Aluno com Necessidades Educacionais Especiais (NAPE). Como resultado, encontrou-se uma possível invisibilidade de pessoas com autismo na universidade, apesar de existirem programas e legislações que facilitem a inclusão desses alunos no meio acadêmico.

Oliveira, Santiago e Teixeira (2022) procuraram analisar a inclusão de um graduando com TEA da Universidade Federal de Goiás (UFG). Para a coleta de dados, os autores utilizaram entrevista semiestruturada e o questionário com um estudante com TEA, um professor e dois monitores, além da pedagoga e psicopedagoga do Núcleo de Acessibilidade. A análise evidenciou os esforços da instituição para incluir o aluno com TEA, contudo, ainda são verificadas dificuldades em relação ao processo de aprendizagem, como atividades não condizentes com seu foco de interesse e obstáculos para conseguir estabelecer relacionamentos mais intensos. A investigação destacou a necessidade de formar professores, monitores e a comunidade acadêmica, no sentido de compreender e identificar as necessidades e especificidades dos discentes com TEA, contribuindo para o sucesso deles, em âmbito acadêmico.

Os resultados dos estudos supracitados acima revelam que, apesar de o acesso dos discentes com TEA estar acontecendo, nas universidades, os núcleos de apoio não têm garantido as condições de suporte à inclusão desses discentes. Diante disso, é preciso uma articulação entre os diversos atores do meio acadêmico, em conjunto com o reconhecimento das necessidades dos discentes com TEA, orientação dos núcleos de acessibilidade para os docentes, bem como a disponibilização de recursos didáticos, tecnológicos e pedagógicos adaptados, aliados a novos métodos de ensino e avaliação, para que, só assim, consigam avançar na garantia da inclusão universitária.

A seguir, o Quadro 3 sintetiza os principais resultados dos artigos analisados e as categorias provenientes, em conformidade com os objetivos propostos.

Quadro 3 - Principais resultados e categorias

Principais Categorias	Artigos correspondentes
Dificuldade de relacionamento interpessoal	Artigo 1, 2, 5 e 7
Necessidade de ajustes no âmbito acadêmico e social	Artigos 2, 3, 4 e 7
Prejuízo socioemocional	Artigos 1, 2 e 4
Desconhecimento das pessoas com TEA na universidade	Artigos 4, 5 e 6
Existência de barreiras que dificultam sua permanência	Artigos 1 e 3
Necessidade de formação de profissionais do núcleo de acessibilidade, professores e a comunidade	Artigos 5 e 7

Fonte: As autoras.

A partir da análise dos artigos e dos agrupamentos dos resultados obtidos, identificou-se que as principais categorias englobaram, em sua maioria, desafios nas relações interpessoais, necessidade de ajustes acadêmicos e sociais, prejuízos socioemocionais, assim como sua invisibilidade na universidade.

No que se refere às dificuldades de os discentes com TEA estabelecerem relações interpessoais, essas foram sinalizadas tanto ao longo da Educação Básica como no contexto acadêmico, em quatro (57,14%) das pesquisas. Observa-se que a dificuldade em estabelecer comunicação pode acarretar prejuízos aos discentes, ao comprometer a busca por informações e a realização das atividades acadêmicas, tornando-se, também, uma barreira de permanência na universidade (Olivati; Leite, 2019). Os agravos resultantes podem interferir, ainda, na saúde e, conseqüentemente, em sofrimento psicológico, por não conseguirem tirar dúvidas, fazer perguntas ou apresentar seus resultados, impactando diversas áreas de sua vida.

Nesse sentido, a universidade deve estar atenta a esses comportamentos e propiciar condições para o desenvolvimento desse estudante. A literatura tem indicado algumas intervenções que podem ser desenvolvidas pelos professores, com o intuito de colaborar com esses discentes, tais como encontros semanais para planejar atividades sociais em torno dos interesses dos discentes com TEA, melhorar as habilidades organizacionais, direcionar as habilidades sociais específicas e contar com um mentor, durante o curso. De modo geral, os resultados têm-se mostrado positivos, no aumento de sua participação em atividades, interações entre pares e, por conseguinte, na melhora do desempenho acadêmico e satisfação com a experiência universitária (Ashbaugh; Koegel; Koegel, 2017).

A obtenção de adaptações didático-pedagógicas ou a própria organização para a concretização das atividades foram igualmente reportadas em quatro (57,14%) dos estudos analisados. Enfatiza-se que, devido às características do transtorno, as adaptações são primordiais para que os discentes com TEA consigam alcançar o seu desenvolvimento e aprendizado, pois situações que fogem do controle, como a fala rápida do professor, o excesso de informação, a estrutura da avaliação, entre outras, podem impedir o seu progresso acadêmico.

As ações para a criação e implementação do Atendimento Educacional Especializado, bem como dos demais serviços e de adaptações razoáveis, para que seja garantido o acesso ao currículo em condições de igualdade, aos discentes PAEE, são apontadas como dever do poder público (Brasil, 2015). No entanto, o que se observa é que não há parâmetros em relação a adaptações a esses alunos, nem quem deve ser responsabilizado, dado que os esforços frequentemente são direcionados de profissional a profissional. Na maioria das vezes, essa responsabilidade recai exclusivamente sobre o professor (Olivati; Leite, 2019; Silva *et al.*, 2021), em certas ocasiões, há o envolvimento da Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil (Santos *et al.*, 2020) ou da Seção Técnica de Pós-Graduação, para orientação sobre quais ajustes poderiam ser realizados nas práticas pedagógicas, mas essas orientações, muitas vezes, se esgotam no plano teórico (Olivati; Leite, 2019).

Na universidade, verifica-se que, apesar da competência técnica dos professores, em sua área de ensino, eles nem sempre são capazes de reconhecer as diferenças e atuar de forma inclusiva (Ferrari; Sekel, 2007). Dentre os motivos possíveis, cabe realçar que grande parte dos docentes não possui habilitação em licenciatura, não recebeu formação sobre adaptações didático-pedagógicas e, por se tratar de um progresso ainda recente, talvez esteja na primeira experiência com discentes na Educação Superior. Essa dificuldade pode ser maior, ainda, em cursos da área de Exatas, no qual o ensino se dá por meio de fórmulas prontas e determinada sequência metodológica, ainda que sejam frequentemente destacados pelos diversos discentes com TEA.

Embora os professores, ao se encontrarem pela primeira vez, no desafio da inclusão, possam descobrir alternativas úteis no dia a dia com o estudante, é imperioso que os professores sejam capazes de entender e respeitar as particularidades do acadêmico e cativar a sua atenção e interesse, para que esse processo seja mais efetivo (Acuna; Leite, 2022; Silva *et al.*, 2021), uma vez que a inclusão só ocorrerá, de fato, caso o professor consiga garantir seu aprendizado. Contudo, torna-se urgente a formação para professores e profissionais da universidade, a qual contemple as necessidades dos alunos com deficiência, particularmente, para a atuação com os discentes com TEA, pois, sem a devida capacitação, os discentes ficarão reféns de possíveis estratégias a serem utilizadas.

Diante das inúmeras situações adversas, no contexto universitário, esses estudantes ainda findam por desencadear prejuízos socioemocionais, relacionados ao desenvolvimento de angústia e ansiedade e sobrecarga emocional e sensorial, resultado salientado em três (42,85%) dos estudos analisados. Entretanto, ao considerar que a maioria das pesquisas alcançou os alunos que se autodeclararam com TEA, esse número pode ser bem maior, já que o número de sujeitos invisíveis na universidade com TEA ainda é desconhecido.

O suporte psicológico prestado pelo Programa Saudavelmente, por meio do Grupo Asperger, tem ajudado os discentes com TEA a lidar com o estresse vivido em diferentes situações

do âmbito acadêmico ou fora dele (Oliveira; Abreu, 2019). Em outra investigação voltada para a inclusão social e educacional de discentes com deficiência, no contexto universitário, Ciantelli e Leite (2022) encontraram que o programa de intervenção de apoio psicológico se configurou como um local de escuta, acolhimento e voz de discentes com deficiência, na instituição. As autoras concluíram que a Psicologia Escolar e Educacional pode contribuir para favorecer o empoderamento de discentes com deficiência, seu desenvolvimento pessoal, social e acadêmico, possibilitando uma participação mais ativa desses sujeitos, na Educação Superior. Portanto, as alternativas de suporte e apoio psicológico têm se constituído como essenciais para ajudar esses discentes a lidarem com as situações provedoras de angústias.

O desconhecimento das pessoas com TEA, na universidade, foi igualmente revelado em três (42,85%) dos estudos examinados. A questão do desconhecimento sobre o autismo é uma condição pouco conhecida pelos docentes, os quais se sentem despreparados para educar essa população (Schmidt *et al.*, 2016) e acabam usando isso como justificativa para o não provimento de ações. Todavia, vale salientar que esse despreparo não é exclusivo da Educação Superior, mas tem início na Educação Básica e se estende durante os anos de escolarização.

Portanto, torna-se indispensável a formação de professores, monitores e a comunidade acadêmica, para que consigam compreender e identificar as necessidades e especificidades dos discentes com TEA, de modo a desenvolver estratégias capazes de cooperar para seu sucesso, em âmbito acadêmico (Santos *et al.*, 2020), bem como dos profissionais do núcleo de acessibilidade (Oliveira; Abreu, 2019), já que, devido ao acesso dos discentes com TEA aos diversos níveis de ensino, cabe a toda a comunidade garantir a sua inclusão e o desenvolvimento de suas potencialidades.

Ademais, outros pontos realçados nos estudos, mas não menos importantes foram a existência de barreiras que dificultam sua permanência dos discentes e a necessidade de formação de profissionais para atuar em núcleos de acessibilidade, professores e a comunidade, evidenciados em duas (28,57%) das pesquisas investigadas. Embora tais tópicos não tenham sido aprofundados, neste artigo, devido ao limite de páginas, compreende-se que eles acabaram sendo discutidos nas categorias acima apresentadas e devem igualmente ser compreendidos, quando se analisa o ingresso de discentes com TEA no Ensino Superior.

CONCLUSÕES E IMPLICAÇÕES

Com o maior acesso de discentes com TEA à Educação Superior, há o desafio de se garantir a sua inclusão e permanência, nos diversos segmentos que a compõem. A presente investigação, ao objetivar analisar estudos sobre a inclusão de universitários com TEA, em instituições de Educação Superior, no Brasil, considerando o ano, a área de publicação, o foco de interesse, a metodologia utilizada e os principais resultados, encontrou que, embora tenha havido aumento populacional de discentes com TEA, na universidade, o número de pesquisas, visando a contribuir para excluir ou minimizar as barreiras para sua inclusão educacional, ainda é ínfimo.

A partir dos resultados das análises, constatou-se a existência de poucos estudos, embora recentes, sendo todos de abordagem qualitativa e com foco predominantemente no estudante com

TEA. Foram identificados ainda, desafios nas relações interpessoais, necessidade de ajustes acadêmicos e sociais, prejuízos socioemocionais, além de sua invisibilidade na universidade.

Nesse sentido, considerando que o próprio estudante com TEA é quem vivencia tal experiência, torna-se indispensável que ele seja o agente do seu próprio discurso. No entanto, no âmbito do fortalecimento da inclusão escolar, reafirma-se que esse processo é fruto de uma construção coletiva, a qual deve incluir todos os agentes envolvidos, em prol de sua efetivação. Logo, ações devem ser empreendidas com a finalidade de garantir a participação e o reconhecimento desses discentes, como dever da universidade, dos docentes e dos núcleos de acessibilidade.

Como limitações deste trabalho, cabe destacar que o uso de descritores somente em língua portuguesa pode ter restringido o número de pesquisas encontradas. Desse modo, recomenda-se que estudos futuros poderiam desenvolver levantamentos em língua estrangeira e comparar os resultados obtidos com os encontrados no Brasil. Assim como ampliar o número de bases de dados a serem investigadas, com o intuito de expandir os resultados obtidos. Contudo, os levantamentos alcançados, embora restritos, manifestam lacunas no contexto universitário para a inclusão dos discentes com TEA, os quais demandam urgência de resolução.

REFERÊNCIAS

ACUNA, José Tadeu; LEITE, Lúcia Pereira. Transtorno do Espectro Autista na universidade: contribuições à prática docente. **Revista Educere Et Educare**, v. 17, n. 43, p.393-409, 2022. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/educereeteducare/article/view/29684/21123>. Acesso em: 28 abr. 2023.

ACUNA, José Tadeu; PAPARELLA, Drielle Sauer. Concepções sobre estudantes com transtorno do espectro autista: um estudo de revisão integrativa. **Revista Educação em Debate**, v. 45 n. 90, p. 1-18, 2023. Disponível em: <http://periodicos.ufc.br/educacaoemdebate/article/view/88672>. Acesso em: 07 jul. 2024.

AGUILAR, Claudia Paola Carrasco; RAULI, Patricia Forte. Desafios da inclusão: a invisibilidade das pessoas com Transtorno do Espectro Autista no ensino superior. **Revista Educação Especial**, v. 33, n. 43, p.1-26, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/44082> . Acesso em: 20 abr. 2023.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION (APA). **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais - DSM-5-TR**: Texto revisado. 5ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2023.

ASHBAUGH, Kristen.; KOEGEL, Robert.; KOEGEL, Lynn Kern. Increasing social integration for college students with autism spectrum disorder. **Behav Dev Bull**, v. 22, n.1, p. 183-196, 2017. Disponível em: <https://psycnet.apa.org/fulltext/2017-02746-001.html> . Acesso em: 30 abr. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: MEC, 2008.

Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2023.

BRASIL. **Lei nº 10.764, de 27 de dezembro de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 2012.

Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm. Acesso em: 18 abr. 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.146 de 06 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, 07/07/2015, p. 2. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm . Acesso em: 28 abr. 2023.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Ministério da Educação. **Resumo Técnico: Censo da Educação Superior 2016**. Brasil: Ministério da Educação, 2018. Disponível em:

https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/resumo_tecnico/resumo_tecnico_censo_da_educacao_superior_2016.pdf . Acesso em: 10 maio 2023.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Estudos e Pesquisas Educacional Anísio Teixeira. **Resumo técnico do Censo da Educação Superior 2021** [recurso eletrônico]. Brasília, DF: Inep, 2020.

Disponível em:

https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_da_educacao_superior_2020.pdf. Acesso em: 04 jul. 2024.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Ministério Da Educação. **Resumo técnico do Censo Escolar da Educação Superior 2021** [recurso eletrônico]. Brasília, DF: Inep, 2023. Disponível em:

https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_da_educacao_superior_2021.pdf . Acesso 08 de maio 2023.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Ministério Da Educação. **Resumo técnico do Censo Escolar da Educação Superior 2022** [recurso eletrônico]. Brasília, DF: Inep, 2024. Disponível em:

https://download.inep.gov.br/areas_de_atuacao/notas_estatisticas_censo_da_educacao_basica_2022.pdf. Acesso 08 de jul. 2024.

CAMALIONTE, Daniele de Oliveira; KONDO, Letícia; ROCHA, Aila Narene Dahwache Criado. Estudantes do ensino superior com Transtorno do Espectro Autista: uma revisão integrativa da literatura brasileira. **Revista Educação Especial**, v. 34, p. n. 26, p. 1-24, 2021.

Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/64322> . Acesso em: 18 abr. 2022.

CIANTELLI, Ana Paula Camilo; LEITE, Lúcia. Pereira; MARTINS, Sandra Eli Sartoreto de Oliveira. Inclusão no Ensino Superior: mapeamento e análise da matrícula de alunos com deficiência e/ou mobilidade reduzida na Unesp. *In*: MENDES, Enicéia Gonsalves; ALMEIDA, Maria Amélia. (Orgs.), **Educação especial inclusiva: legados históricos e perspectivas futuras** (p.287-302). São Carlos, SP: Marquezine & Manzini/ABPEE, 2015. p. 287-302.

CIANTELLI, Ana Paula Camilo; LEITE, Lúcia. Pereira. Psicologia e Inclusão: Uma proposta de intervenção aos estudantes com deficiência no Ensino Superior. **Educação e Filosofia**, v.36, n.76, p. 97-132, 2022. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/view/60803> . Acesso em: 05 maio de 2023.

DONATI, Grace Cristina Ferreira; CAPELLINI, Vera Lucia Messias Fialho. Consultoria colaborativa no ensino superior, tendo por foco um estudante com Transtorno do Espectro Autista. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 13, n. esp.2, p. 14591470, 2018. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/11655> . Acesso em: 22 abr. 2023.

FERRARI, Juliana Barbosa. Inclusão de um estudante autista no ensino superior, um relato de experiência na UFPR Litoral. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL (CBEE)*, v. 7, 2016, São Carlos. **Anais [...]**. São Carlos: UFSCar, 2016. p. 1-12 Disponível em: https://proceedings.science/proceedings/55/_papers/50006/download/fulltext_file1?lang=pt-br . Acesso em: 14 maio. 2023.

FERRARI, Marian Ávila de Lima e Dias; SEKKEL, Marie Claire. Educação inclusiva no ensino superior: um novo desafio. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 27, n. 4, p. 636-647, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/bv8ZgTdG4C7VMNZXzrDXdcz/abstract/?lang=pt#> . Acesso 05 jul 2024.

FREITAS, Maria Clara de; SANCHES, Poliana Fernandes Mesquita. Inclusão de estudantes autistas no ensino superior: uma revisão sistemática de literatura. **Revista Educere Et Educare**, v. 17, n. 43, p. 147-171, 2022. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/educereeteducare/article/view/29642>. Acesso em: 29 abr. 2023.

GALVÃO, Taís Freire; PANSANI, Thais de Souza Andrade; HARRAD, Davis. Principais itens para relatar Revisões sistemáticas e Meta-análises: A recomendação PRISMA. **Epidemiol. Serv. Saúde**, v. 24, n. 2, p. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ress/a/TL99XM6YPx3Z4rxn5WmCNCf/?lang=pt>. Acesso em: 22 abr. 2023.

MATTAR, J.; RAMOS, D. K. **Metodologia da pesquisa em educação: Abordagens Qualitativas, Quantitativas e Mistas**. Edições 70. Grupo Almedina (Portugal), 2021. E-book. ISBN 9786586618518

MOHER, David; LIBERATI, Alessandro; TETZLAFF, Jennifer; ALTMAN, Douglas. Preferred reporting items for systematic reviews and meta-analyses: The PRISMA Statement. **PLoS Med**, v. 6, n. 7, e1000097, 2009. Disponível em: <https://journals.plos.org/plosmedicine/article?id=10.1371/journal.pmed.1000097>. Acesso em: 03 abr. 2023.

OLIVATI, Ana Gabriela; LEITE, Lúcia Pereira. Trajetória acadêmica de um pós-graduando com transtorno do espectro autista. **Psicologia em Estudo**, v. 22, n. 4, p. 609-621, 2017. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/PsicolEstud/article/view/37665>. Acesso em: 15 abr. 2023.

OLIVATI, Ana Gabriela; LEITE, Lúcia Pereira. Experiências acadêmicas de estudantes universitários com Transtornos do Espectro Autista: uma análise interpretativa dos relatos. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 25, n. 4, p. 729-746, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/N3sgZJb7wNHpVHv7LYkGvwL/>. Acesso em: 05 abr. 2023.

OLIVEIRA, Ana Flávia Teodoro de Mendonça; ABREU, Tiago Florencio de. A percepção do aluno com transtorno do espectro autista sobre o processo de inclusão na Universidade Federal de Goiás (UFG). **Revista Diálogos e Perspectivas em Educação Especial**, v. 6 n. 2, p.69-86, 2019. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/dialogoseperspectivas/article/view/8897>. Acesso em: 08 abr. 2023.

OLIVEIRA, Ana Flávia Teodoro de Mendonça; SANTIAGO, Cinthia Brenda Siqueira; TEIXEIRA, Ricardo Antonio Gonçalves. Educação inclusiva na universidade: perspectivas de formação de um estudante com transtorno do espectro autista. **Educação e Pesquisa**, v. 48, p. 1-22, e238947, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/cGTd6B6WHLzms7HvY4TgNQF/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 13 abr. 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Direitos das Pessoas com Deficiência da Organização das Nações Unidas**, 2006.

PAGE, Matthew; MCKENZIE, Joanne; BOSSUY, Patrick; BOUTRON, Isabelle; HOFFMANN, Tammy; MULROW, Cynthia; SHAMSEER, Larissa; TETZLAFF, Jennifer; AKL, Elie; BRENNAN, Sue; CHOU, Roger; GLANVILLE, Julie; GRIMSHAW, Jeremy M; HRÓBJARTSSON, Asbjørn; LALU, Manoj; LI, Tianjing; LODER, Elizabeth; MAYO-WILSON, Evan; MCDONALD, Steve; MCGUINNESS, Luke A; STEWART, Lesley A; THOMAS, James; TRICCO, Andrea; WELCH, Vivian; WHITING, Penny; MOHER, David. The PRISMA 2020 statement: an updated guideline for reporting systematic reviews. **BMJ**, v. 372, n.71, 2021. Disponível em: <https://www.bmj.com/content/372/bmj.n71>. Acesso em: 05 abr. 2023.

RIVIÈRE, Ángel. O autismo e os transtornos globais do desenvolvimento. In: COLL, César.; MARCHESE, Álvaro; PALACIOS, Jesús (Orgs.) **Desenvolvimento psicológico e educação**. 2ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2014, v. 3, p. 234-254.

SALES, Jefferson Falcão; VIANA, Tania Vicente. A inclusão de autistas no ensino superior: direito, acessibilidade e avaliação. **Revista Intersaberes**, v. 15, n. 35, p. 615-634. Disponível em: <https://www.revistasuninter.com/intersaberes/index.php/revista/article/view/1868> . Acesso em 12 jul. 2024.

SANTOS, Wellington Farias dos; SANTANA, Vinicius Santos; DIAS, Lucas de Souza Santos; TEIXEIRA, Cristina Maria D'Ávila; PONDÉ, Cristina Maria D'Ávila. A Inclusão da Pessoa com Autismo no Ensino Superior. **Revista Entreideias: educação, cultura e sociedade**, v. 9, n. 3, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/entreideias/article/view/33786> . Acesso em: 16 abr. 2023.

SCHMIDT, Carlo; NUNES, Débora Regina de Paula; PEREIRA, Débora Mara; OLIVEIRA, Vivian Fátima de; NUERNBERG, Adriano Henrique; KUBASK, Cristiane. Inclusão escolar e autismo: uma análise da percepção docente e práticas pedagógicas. **Psicol. teor. prat.**, v. 18, n. 1, p. 222-235, 2016. Disponível em:

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872016000100017&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso 27 abr. 2023.

SILVA, Kele Cristina da. **Condições de acessibilidade na universidade**: o ponto de vista de estudantes com deficiência. 2016. 149f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2016.

SILVA, Solange Cristina da; SCHNEIDER, Daniela Ribeiro; KASZUBOWSKI, Erikson; NUERNBERG; Adriano Henrique. Perfil acadêmico dos estudantes com Transtorno do Espectro Autista matriculados no Ensino Superior em 2016. **Revista Educação Especial**, v. 32, p. 1-32, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/37699>. Acesso em: 30 maio 2023.

SILVA, S. C. da; SCHNEIDER, Daniela Ribeiro; KASZUBOWSKI, Erikson; NUERNBERG, Adriano Henrique. Estudantes com transtorno do espectro autista no ensino superior: analisando dados do INEP. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 24, e217618, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/fvzHNXfHzkFcPTMkcY9gPxd/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 12 maio 2023.

SILVA, Layane Barbosa; ALMEIDA, Pâmela Fernandes; OLIVEIRA, Pamela Scarlatt Durães; ASSIS, Jadson Rabelo; SANTOS, Guilherme Mendes Tomaz dos; FREITAS, Ronilson Ferreira. Transtorno do Espectro Autista na Educação Superior: perspectivas e desafios evidenciados por docentes universitários no processo de ensino-aprendizagem. **Conhecimento & Diversidade**, v. 13, n. 30, p.171-191, 2021. Disponível em: https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/conhecimento_diversidade/article/view/879 . Acesso em: 15 maio 2023.

SILVEIRA, Patrícia Tusset da; DONIDA, Lais Oliva; SANTANA, Ana Paula. Inclusão e permanência de universitários com diagnóstico de transtorno do espectro autista: discussões acerca de barreiras linguísticas. **Avaliação**: Revista da Avaliação da Educação Superior, v. 25, n. 3, 2020. Disponível em: <https://periodicos.uniso.br/avaliacao/article/view/4111> . Acesso em: 16 abr. 2023.

STURM, Alexandra; KASARI, Connie. Academic and psychosocial characteristics of incoming college freshmen with autism spectrum disorder: The role of comorbidity and gender. **Autism Research**, v 12, n. 6, p. 931–940, 2019. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1002/aur.2099> . Acesso em: 01 abr. 2023.

VICTOR, Sonia Loppes; UZÊDA, Sheila de Quadros. Educação inclusiva e ensino superior: avanços e desafios. **Revista Educere Et Educare**, v. 17, n. 43, p. 225-246, 2022. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/educereeteducare/article/view/29706> . Acesso em: 05 jul. 2024.

WHITE, Susan; OLLENDICK, Thomas; BRAY, Bethany. College students on the autism spectrum: Prevalence and associated problems. **Autism**, v. 15, n. 6, p. 683-701, 2011. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/21610191/>. Acesso em: 22 abr. 2023.

Recebido em: 21 de maio de 2024

Aprovado em: 29 de julho de 2024